



UFSM

Artigo Monográfico

**O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Cristiane Munhoz

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

SÃO BORJA, RS, BRASIL

2007

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

por

Cristiane Munhoz

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

SÃO BORJA, RS, BRASIL

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação Especial:
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico
de Especialização

**O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

elaborado por

Cristiane Munhoz

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliana da Costa Pereira de Menezes
(Presidente/Orientador)

Sabrina Fernandes de Castro

Roberta Rossarola Forgiarini

SÃO BORJA, OUTUBRO / 2007

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo
e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

AUTOR: CRISTIANE MUNHOZ
ORIENTADOR: ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES
SÃO BORJA, OUTUBRO / 2007

Este artigo busca discutir o papel da família e da escola na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, partindo da concepção de que a família se constitui como a principal instituição responsável pelas ações do seu filho. Na inclusão escolar, o aluno, com a orientação dos profissionais e da família, poderá adquirir competência profissional e pessoal. O estudo tem o objetivo de problematizar a importância da família e da sociedade na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, aos que se interessam pela educação como um direito de todos, sem discriminação, que precisa ser respeitado. Refletir sobre inclusão requer análise de situações concretas, mudando posturas, procurando desenvolver níveis diferenciados que possam ir além da informação. Pois, ao contrário do que se acreditava, todos os alunos são “diferentes” e como tais devem ter tratamento diferenciado para atender suas necessidades.

Palavras-Chave:

inclusão – necessidades – família – escola

ABSTRACT

Article of Specialization
Specialization Course in Special Education: Deficit Cognitivo
And Education of the Deaf
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

ROLE OF FAMILY AND SOCIETY IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

AUTHOR: CRISTIANE MUNHOZ
ORIENTADOR: ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES
SÃO BORJA, OCTOBER / 2007

This article seeks to discuss the role of the family and school in the inclusion of students with special needs, based on the concept that the family is constituted as the main institution responsible for the actions of his son. In addition school, the student, with the guidance of professionals and the family, may acquire professional competence and personal. The study is intended to problematize the importance of the family and society in the inclusion of students with special educational needs in mainstream education, to those interested in education as a right of everyone, without discrimination, which must be respected. Reflecting on inclusion requires analysis of specific situations, changing positions, trying to develop differentiated levels that may go beyond the information. Because, contrary to what is believed, all students are "different" and as such should be treated differently to fit their needs.

Key works:

inclusion - necessities - family - school

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	9
3.1.1 Conceito de Família	9
3.1.2 A Responsabilidade Familiar	10
3.2 A ESCOLA REGULAR E OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5. REFERÊNCIAS	20

1. APRESENTAÇÃO

Segundo o último censo do IBGE (2000) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há no Brasil 24, 6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que equivale a 14,5% da população do País. Nessa realidade, políticas de inclusão passam a fazer parte da agenda educacional do país, convidando as escolas a re-significarem suas práticas a partir da (des)construção de concepções sobre diferença, ensino, aprendizagem, e movimentando-se para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

O termo Inclusão vem sendo utilizado enfaticamente para esclarecer que “todas” as crianças necessitam estar incluídas no processo educacional, e, mais especificamente, nas escolas. Indo além na afirmação, ressalto que também devem estar incluídas na vida social, e não apenas “dentro” da escola regular, começando pela família, primeiro grupo social do qual fazemos parte e que é determinante na nossa constituição enquanto sujeitos.

A questão da Educação Inclusiva exige uma proposta de mudanças de visão institucional – escola e família. Essas mudanças não se restringem apenas a uma modificação da acessibilidade e diminuição de barreiras e preconceitos, pois estes são os mais visíveis, mas sim, exige que se faça uma tentativa transformadora de construir um sistema que respeite as diferenças sem, contudo, promover ou desejar uma padronização (ou normalização) dos alunos.

Nessa perspectiva, esse trabalho de pesquisa propõe problematizar a importância que a família tem no processo de inclusão e de desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, uma vez que é na família que construímos os alicerces de nossas vidas. Considerando que os limites ou possibilidades do desenvolvimento dos sujeitos (com ou sem deficiência) sejam condicionados pelas experiências e vivências que lhes forem possibilitadas, compreendemos que a família tem o papel de mediação nas tentativas de seus filhos de se situarem no mundo.

A esses familiares pede-se que aceitem uma realidade que não desejam e que não foi prevista, uma realidade em que os meios sociais e a mídia pouco abordam, e quando o fazem, é de maneira superficial, e às vezes, até preconceituosa.

Nesse contexto, a necessidade de realização dessa pesquisa nasce em minha prática pedagógica, pois convivo com alunos especiais e observo a importância da relação produtiva entre escola e família.

Este trabalho tem por objetivo problematizar a importância da família e da sociedade na inclusão da família e da sociedade na inclusão de alunos com necessidades especiais.

Para tanto ele foi dividido em três partes, assim intituladas: 1) Apresentação; 2) Caminho da Investigação e 3) Referencial Teórico, que está subdividido em 3.1) O Papel da Família na Educação de Crianças e Jovens com Necessidades educacionais especiais; e 3.2) A Escola Regular e os Alunos com Necessidades educacionais especiais, discussões essas que passaremos agora a apresentar.

2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, que abrange leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, revistas, textos legais, documentos mimeografados ou xerocopiados, material em meio eletrônico, etc. Todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura e, posteriormente, a escrita final do trabalho.

Trata-se, assim, de uma leitura atenta e sistemática dos textos e referenciais teóricos que constituíram o corpus da pesquisa e que se faz acompanhar de anotações que serviram à fundamentação teórica do estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1.1 Conceito de Família

A família configura um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. É um grupo de pessoas, ou um número de grupos domésticos ligados por descendência a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. Nesse sentido o termo confunde-se com clã. Dentro de uma família existe sempre algum grau de parentesco. Membros de uma família costumam compartilhar do mesmo sobrenome, herdado dos ascendentes diretos. A família é unida por inúmeros laços, capazes de manter os membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações¹.

Minuchin (1990) define a família como sendo um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Dessa forma, no interior dela, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo esses ser formados pela geração, sexo, interesse e/ ou função, havendo diferentes níveis de poder, onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo em nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais.

A família, através dos tempos, vem transformando-se ao acompanhar as mudanças religiosas, econômicas e sócio-culturais do contexto em que se encontram inseridas. Essa é um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído; o conceito de próximo encontra-se realizado mais que em outro espaço social qualquer, e deve ser visto como um espaço político de natureza criativa e inspiradora.

No caso da família de uma criança com necessidades educacionais especiais o comprometimento com o bem estar deve ser redobrado, pois além da

¹ ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. Professora de Língua Portuguesa do Instituto Benjamin Constant (IBC), membro da Comissão Brasileira do Braille e, atualmente é Chefe de gabinete do IBC.

responsabilidade comum que os familiares devem ter com a criança, esses precisam estar atentos a tudo que acontece em torno dele. Estimulando-o a superar dificuldades, vencer barreiras em prol de sua educação. Criar uma criança com necessidades educacionais especiais traz desafios únicos. Primeiro, para os pais e, posteriormente, à escola/sociedade.

Segundo Carvalho (2004, p. 156) “[...] crianças com necessidades educacionais especiais são aquelas que demandam melhoria da qualidade das respostas educativas, porque apresentam características ou condições de aprendizagem diferentes das demais crianças”.

3.1.2 A Responsabilidade Familiar

A partir das considerações expostas acima, vale salientar que crianças com necessidades educacionais especiais são aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis (ZACHARIAS, 2007).

É inquestionável, insubstituível e determinante o papel da família na educação dos seus filhos. Em outras palavras, o desenvolvimento da personalidade das crianças e dos jovens deve-se às orientações que recebem, em primeiro lugar, da família. Dela receberão orientações sobre ordem, regras, o que contribuirá à formação de homens livres e responsáveis, e com sentido de fraternidade e de participação solidária, aceitando-os ou rejeitando-os, no permanente processo de inclusão na sociedade. A falta de apoio no seio familiar deixa-os sem apoio para as suas referências e órfãos de sentido de pertença, sem defesas perante as pressões culturais exteriores, desprovidos de horizontes e esvaziados de sentido pessoal de vida.

As evidências mostram ser a família quem oferece o melhor quadro emocional e moral para uma criança ou jovem adquirir esse padrão de referência original. Claro que não é a família sozinha que sustenta esse padrão original e muito menos os conhecimentos e competências exigidos pelas sociedades modernas. Quando a família aceita e ajuda a criança na construção de sua aprendizagem, melhor ele será recebido na escola e, conseqüentemente, em sociedade.

Esta comunhão entre família e escola só poderá funcionar bem, se ambos partilharem a responsabilidade sobre a educação a dar a cada criança ou jovem. O primeiro passo é repartir responsabilidades entre pais e escola no que se refere a cooperar mutuamente na educação.

Na família, o nascimento de um membro com necessidades educacionais especiais é, na realidade, o nascimento da diferença. Um problema real, perante o qual, a tendência normal seria negá-lo, embora não sendo possível fazê-lo. A família terá que elaborar a morte do filho idealizado. É o choque entre o ideal e a realidade que se apresenta distante do sonhado.

Muitas famílias negam ou rejeitam o filho. Negar a deficiência é prender-se a esta sem perceber as possibilidades ou os limites do sujeito, esperando que ele se desenvolva da mesma forma que aquele que se denomina “normal”. Morin (2000) diz que o ser humano é uma mistura de sentimentos, para ele

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático, é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio [...] (2000, p. 59).

Negar essas diferenças é um mecanismo de defesa que tampona o não ver a diferença. Negando a deficiência do outro, é possível não aproximar-se da sua. As projeções, em sua maioria, nascem da referência do herói, do forte e do admirado. O contato com o fraco, incapaz e inútil se torna impossível.

A família projeta no filho que nasce a realização dos sonhos, aos quais, muitas vezes, renunciou. O filho com necessidades educacionais especiais, nessa concepção, não atenderá aos anseios de seus pais, representando uma barreira à possível extensão do seu eu.

Segundo Telford (1978), quando uma cultura atribui elevado valor a um determinado estado ideal, há uma grande soma de reforço ao comportamento que esconde, minimiza ou nega a existência de desvios do real. A negação condena o sujeito a carregar consigo a marca dos estigmas, que paralisam, partindo do pressuposto de que cada um tem de si uma concepção de adequação ou inadequação conforme se vê refletido nas avaliações do outro.

Quando se faz referência à negação presente na instituição familiar, não se reduz à família consanguínea, primeiro contato social da criança, mas pensa-se também nas possíveis famílias que poderão fazer parte da trajetória de vida do sujeito deficiente, isto é, as outras instituições a que se vinculará, que rejeita o diferente porque, muitas vezes, não sabe ou não está preparada para tratar todos de maneira igual.

Ao se fazer referência à relação sociedade, considera-se que as relações familiares se estendem ao âmbito social como reprodução dos valores apreendidos. É possível perceber que o papel que o sujeito “diferente” ocupa nesse primeiro grupo não é muito diferente do que vai ocupar fora de casa. Nas instituições sociais reproduzem-se as relações familiares.

Para Lapassade (1977), as instituições são campos sociais oficiais: empresas, escolas, sindicatos e sistemas de regras que determinam a vida desses grupos, sendo ainda um conjunto instituído de atos ou de idéias que os indivíduos encontram à sua frente e que se impõe mais ou menos a eles. A instituição é, em suma, na ordem social, aquilo que a função é na ordem biológica e, da mesma forma que a ciência da vida é a ciência das funções vitais, a ciência da sociedade é a ciência das instituições definidas.

De modo geral, admite-se a família da pessoa com necessidades educacionais especiais como desempenhando papel importante durante o processo de inclusão, porém, percebe-se que as escolas não têm um programa de atendimento específico que auxilie as famílias na resolução dos diversos conflitos decorrentes de possuir um membro com necessidades educacionais especiais. Diante dessa constatação, torna-se essencial que o profissional que atua com crianças com essas necessidades qualifique-se para o trabalho de orientação e apoio à família.

3.2 A ESCOLA REGULAR E OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A equipe escolar é, em inúmeros casos, levada a trabalhar com o imprevisto; a subverter a ordem, que se julga “normal”, a dinâmica previsível da sala de aula é possibilitar que os demais alunos convivam com crianças com necessidades educacionais especiais e ampliem o respeito ao se relacionar com a diferença. Pois

isso, certamente, prepara-os para um mundo que é repleto de “diferentes”, sejam situações, pessoas ou condições.

Conforme a lei² nº 9.394 todas as crianças têm o direito de freqüentar uma escola regular, em que possam conviver com outras crianças, professores e funcionários da escola, socializando-se e aprendendo aquilo que for capaz de absorver nesse momento, sempre dentro de suas possibilidades. Crianças com distúrbios do desenvolvimento são beneficiadas quando freqüentam uma escola regular, onde recebem informações iguais as recebidas pelos colegas, mesmo que tenha tratamento diferenciado, e, onde terão condições propícias para construir uma posição subjetiva que dê conta da alteridade. Uma vez que é função da escola colocar limites, interditar, mostrar a lei da sociedade. E, dessa forma, estará contribuindo para uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Porém, o que se percebe, é que com o ingresso das crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas, muitos professores estão tendo que rever procedimentos antigos e preparar-se para o novo. Da mesma forma que os pais e as crianças, os docentes ficam ansiosos e confusos, sobretudo no momento inicial. Sabe-se que muitos não têm formação para lidar com as diferenças em sala de aula e que também não dispõem de preparo emocional para dar conta da classe e, concomitantemente, atender uma criança diferente, junto com os demais, que, algumas vezes, lhe solicita atenção e perturba o ambiente educativo.

Contudo, cada caso deve ser avaliado como único, e as reações de cada indivíduo envolvido são variáveis. Há crianças que, no ambiente escolar, demonstram comportamento distinto do ambiente familiar. E, geralmente, seu comportamento reflete a maneira como é tratado, o que remete a maneira como a criança se relaciona. Conforme Araújo (2005) quando cita Ecles e Nohria:

A maneira pela qual as pessoas falam do mundo está relacionada com a maneira pela qual o mundo é compreendido e, em última análise, como essas pessoas atuam nele, e o conceito de mudança revolucionária depende, em grande parte, da maneira pela qual o mundo é estruturado pela linguagem (ECLES, R.; NOHRIA, N., 1992, p. 58).

As escolas precisam ter flexibilidade diante dessas singularidades, atendendo as diferenças, ajudando os pais e as crianças nesses momentos. Para

² Como qualquer cidadão, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita assegurada por lei, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, à educação adaptada às suas características em escolas especiais, conforme estabelecido nos arts. 58 e seguintes da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto nº 3.298/99 e art. 2º da Lei nº 7.853/89. Disponível em: < <http://www.caade.mg.gov.br/pdf/cartilha.pdf> > Acesso em 10 out, 2007.

tanto, o ponto inicial deve estar na formação em serviço de seus profissionais, que precisam compreender os novos paradigmas da educação inclusiva. Também precisam aliar à formação o bom senso para perceber os casos que ainda não estão “prontos” para a inclusão na sala de aula e devem permanecer por mais um período sob cuidados de especialistas que promovem diversas situações de inclusão social, ao mesmo tempo em que atendem / preparam suas famílias.

A política de educação inclusiva, no Brasil, fundamentada entre outros documentos internacionais, na Declaração de Salamanca (1994), afirma que as escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, porém, de fato, a educação está longe do ideal. A coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped), da Faculdade de Educação da Unicamp, Maria Tereza Eglér Matoan³ confirma que o melhor atendimento escolar para pessoas com deficiência, como também para qualquer outra criança, é mesmo a escola regular.

O complemento oferecido pela educação especializada não diz respeito ao ensino de conteúdos curriculares da escola comum: alfabetização, matemática, ciências etc., mas ao ensino de recursos, linguagem, uso de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem à aprendizagem nas salas de aula das escolas comuns: código braille, Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa como segunda língua para surdos etc.

Em uma escola inclusiva, o ensinar e o aprender são processos dinâmicos, onde a aprendizagem não fica restrita a conteúdos e ao espaço físico da escola, ela transcende.

Ao discutir a escola inclusiva, Carvalho (2004, p. 115) destaca algumas das inúmeras funções de uma escola que busca se enquadrar nessa perspectiva de educação:

- desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar;
- promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade;
- criar espaços dialógicos entre os professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiências;

³ Disponível em: <http://www.comciencia.br> > Acesso em 12 jul, 2007.

- criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas;
- estabelecer parcerias com a comunidade sem intenção de usufruto de benefícios apenas e sim para conquistar a cumplicidade de seus membros, em relação às finalidades e objetivos educativos;
- acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar;
- operacionalizar os quatro pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação deste milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, tendo em conta que o verbo é aprender;
- respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem;
- valorizar o trabalho educacional escolar na diversidade.

Ainda, segundo a autora (op.cit.) essas considerações não devem constituir um “receituário”. São apenas algumas considerações que os educadores, que possuam vontade de contribuir como profissional consciente na aprendizagem de todos os alunos, como cidadãos, plenos de direitos e deveres.

Carvalho (2004) salienta que inúmeras são as cenas de aprendizagem, e que essa não é exclusiva da escola, pois o homem aprende em todos os espaços em que circula, e quando pode trazer suas experiências à escola, para socialização com o professor e demais colegas, sente-se importante e isso reflete no processo ensino aprendizagem. Barbosa (2001 apud CARVALHO, 2004) elucida essa questão:

É preciso auxiliar na “desconstrução” de algumas crenças para que a escola possa ocupar seu papel de produtora e divulgadora de conhecimentos, onde professores e alunos possam se tornar autores de sua aprendizagem, cidadãos conscientes e capazes de contribuir com a sociedade (p. 20).

Para Paulo Freire⁴ é fundamental que se parta do princípio de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.

O ser humano estabelece incontáveis relações com o mundo, conforme é desafiado. E, para cada situação reage de maneira diferente, com o intuito de melhor adaptar-se a cada uma. Por isso cada criança responde de maneira

⁴ In: **Educação como Prática de Liberdade**. Disponível em: < <http://www.planetaeducacao.com.br> > Acesso em 29 jul, 2007.

diferente, de acordo com a realidade que a circunda. Nessas relações que o homem estabelece com o mundo há um grande número de reações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com o meio ao qual faz parte. E há também uma maneira de ser crítico, distanciando-se ou aproximando-se conforme o seu grau de interesse e satisfação.

Quanto à atitude dos professores, verifica-se que as maiores preocupações são sobre sua falta de preparo e a escassez de estrutura da escola para receber, de forma adequada, alunos com deficiências, por não sentirem-se preparados para trabalhar com o diferente, com o inusitado. Deve ficar claro, porém, que a responsabilidade não é só do professor. O comprometimento de construir um sistema educacional inclusivo, já que ações fundamentais são necessárias, ocorre por parte dos gestores da Educação. Essas, são fundamentais e precedem, na realidade, as ações do professor, já que envolvem tomada de decisões político-administrativas e o gerenciamento da verba pública.

O Sistema de Ensino precisa determinar metas para uma organização abrangente (autonomia financeira, administrativa e didática) de modo a incluir o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nos serviços comuns e, se necessário, com recursos especiais. Deve também orientar as escolas sobre procedimentos didáticos e administrativos para favorecer a inclusão desses alunos nas classes comuns; reconhecendo a validade dos serviços e auxílios de educação especial como recursos que apóiam e suplementam a educação escolar regular e não os transferindo às escolas especiais, onde o aluno fica limitado ao convívio de crianças que, como ele, são diferentes.

Para Mazzotta (1986) o papel de simples executor de currículos e transmissor de programas não cabe ao educador e sim o de alguém que pode escolher atividades, conteúdos, valorizando o que o aluno já sabe e adequando tudo isso em favor do desenvolvimento das capacidades fundamentais de todo o grupo, de acordo com o seu nível de necessidade.

Pois, é na convivência com outros e com o meio ambiente que as necessidades de qualquer ser humano se mostram. Em vista disso, é importante questionar os critérios que têm sido utilizados para perceber as diferenças das necessidades educacionais especiais das necessidades comuns e vice-versa, em particular no contexto escolar. Nas palavras de Rosita Carvalho (2004, p. 159): “O

dia-a-dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que se compreenda que a inclusão de qualquer cidadão, com necessidades educacionais especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois, da ação de cada um e de todos, partindo da família, após na escola, com todos os seus segmentos: funcionários, educadores, orientação, direção e, principalmente, dos órgãos governamentais.

Na esfera social é imprescindível destacar a necessidade de serem revistas a concepção sobre o aluno com deficiência e o papel da escola, seja pelas pessoas individualmente, pela família, por grupos organizados para resguardo da cidadania, pelos serviços estruturados, pelas campanhas de esclarecimento da população, etc., e, ainda, é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação governamental global, dos investimentos financeiros, etc., a partir da visão dinâmica das condições do portador de deficiência.

O aluno com necessidades educacionais especiais não deve ser estigmatizado como aquele que não aprende e que não tem nada a ensinar. Como cidadãos de uma sociedade que se diz democrática, deve-se defender uma educação de qualidade e igualitária. E essa procura não permite qualquer exclusão, sob qualquer pretexto. No entanto, é preciso também que, para além dos ideais proclamados e das garantias legais, procure-se conhecer, o mais profundamente possível, as condições reais de nossa educação escolar, especialmente a pública e obrigatória. A partir daí poderemos identificar e dimensionar os principais pontos da mudança necessária para o alcance da qualidade que se espera da educação escolar.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que abrigue e aprecie a diversidade da experiência humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial.

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com necessidades educacionais especiais uma série de estímulos úteis a

seu desenvolvimento. E, à família, orientações para que sigam um programa adequado de estímulos em casa tendo como finalidade básica o pleno desenvolvimento de seu filho. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança, fazendo com que chegue à idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade.

Portanto, a família, primeiro grupo a que pertence um indivíduo e onde ele tem a oportunidade de aprender através dos conhecimentos adquiridos, seja de forma positiva: afeto, estímulo, apoio, respeito, sentir-se útil; e negativa: frustrações, limites, tristezas, perdas, todas elas são fatores resultantes de singular importância para a formação de sua personalidade.

Toda família, seja com uma criança com necessidades educacionais especiais ou não, tem uma maneira particular de tratá-la. Em geral, quando chegam à escola, mostram-se receosos, preocupados, ansiosos, pois, muitos deles recém irão tomar conhecimento que a criança apresenta necessidades educacionais especiais e, outros, temem a discriminação. Quando a família se sente apoiada pela escola, esse sentimento se reflete também sobre a criança, criando um clima favorável ao trabalho. Os pais precisam se sentir tão incluídos quanto seus filhos.

É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com necessidades educacionais especiais estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores. Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **A Família Frente à Criança Cega: Como Entender Esta Relação?** Disponível em: < <http://200.156.28.7/Nucleus> > Acesso em 20 out. 2007.

ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento. **A estruturação da linguagem e a formação de conceitos na qualificação de surdos para o trabalho.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. jun. 2005, vol.25, no.2 [citado 05 Setembro 2007], p.240-251. Disponível na World Wide Web: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-9893 Acesso em < 28 jul, 2007.

BRASIL, Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil** – 14 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon – Minter, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U.de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Portaria CENESP/MEC, n. 69. Brasília, 1986.

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão – Uma longa caminhada. IN: MOSQUERA, J. e STOBAÜS, C. (Orgs). **Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro: WVAA, 2004.

Declaração De Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** Disponível em: < <http://www.planetaeducacao.com.br> > Acesso em 29 jul, 2007.

GARDNER, J. **Cultura ou Lixo?: Uma Visão Provocativa da Arte Contemporânea.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MANONI, Maud. **A criança retardada e sua mãe.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto nº 3.298/99 e art. 2º da Lei nº 7.853/89. Disponível em: < <http://www.caade.mg.gov.br/pdf/cartilha.pdf> > Acesso em 10 out, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér Matoan. Disponível em: <http://www.comciencia.br> > Acesso em 12 jul, 2007.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira, **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MCLAREN, P. **A Vida nas Escolas: Uma Introdução à Pedagogia Crítica nos Fundamentos da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. Justiça Social: Breves Reflexões sobre o Ensino Multicultural nos Estados Unidos. IN: **Revista Pedagógica Pátio**. Porto Alegre: Artmed, ano 2, número 6, agosto/outubro de 1998.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, M.K. **Vygostky – Aprendizado e Desenvolvimento um Processo Sócio Histórico**. São Paulo: Scipione, 2005.

PEREIRA, Marcos Vilela. Educação Estética e Interdisciplinaridade. IN: CORRÊA, Ayrton Dutra (org.) **Ensino de Artes: Múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

PICCININI, Ledevino. **Unindo o Rio Grande na Luta pelos Deficientes**. Assembléia Legislativa, [s.d.t.].

REGO, T.C. **Vygotsky – Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TELFORD, Charles W. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VYGOTSKY, L.S. **A Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZACHARIAS, Vera Lúcia Câmara. Disponível em: < <http://www.centrorefeducacional.com.br/edunespc.html> > Acesso em 10 jun, 2007.